

Punição a empreiteiras

O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), vai propor ao Ministério Público que aplique a Lei das Licitações contra as empreiteiras envolvidas no escândalo. Dependendo do comprometimento das construtoras, elas poderão até ser proibidas de participar de licitações públicas e de realizar obras com incentivos fiscais.

A decisão do relator nasce da conclusão da CPI de que as empreiteiras criaram uma espécie de poder paralelo, com capacidade para definir o destino dos recursos públicos, corrompendo parlamentares, funcionários públicos, governadores e ministros. Os integrantes da CPI não têm dúvidas de que os percentuais encontrados nos documentos das empreiteiras, especialmente nos papéis da Construtora Norberto Odebrecht, se referem a propinas. "É evidente o comprometimento de algumas empreiteiras e não queremos que fique apenas a letra no papel, mas que se aplique efetivamente a lei", disse o relator.

Roberto Magalhães já concluiu 70% de seu relatório final e, segundo ele, muita coisa vai passar pela peneira da CPI, por absoluta falta de tempo para o desenvolvimento das investigações. "São tantas as denúncias que nós precisaríamos de pelo menos um

ano para investigar tudo", observou o relator. Ele deverá apresentar o relatório final no dia 15 de janeiro. A votação do documento será feita nos dias 16 e 17 de janeiro. Os relatórios setoriais deverão ser entregues no máximo até o dia 10 de janeiro.

Achado — Os integrantes da CPI não estão dando muita importância aos documentos encontrados na casa do deputado João Alves (sem partido-BA). O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) presidente da CPI, acredita que os documentos apreendidos na casa de Ailton Reis, diretor da Norberto Odebrecht em Brasília, são muito mais valiosos. Eles trazem relações de obras, de emendas percentuais à frente dos nomes de vários parlamentares.

A CPI acertou ontem o calendário de depoimentos para os próximos dias. No dia 28 de dezembro vai depor o deputado Paes Landim (PFL-PI). O depoimento de Aníbal Teixeira (PT-MG) será no dia 29, às 9h30, e do deputado Carlos Benevides (PMDB-CE) — filho do senador Mauro Benevides — no mesmo dia 29, às 17h. O senador Rondo Aragão (PMDB-RO) presta depoimento no dia 30. Não ficou acertada a data do depoimento do senador Mansueto de Lacerda (PMDB-PE).